

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO  
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS CADEIRANTES: UMA QUESTÃO DE  
ACESSIBILIDADE**

**MARCELO PEREIRA DOS SANTOS**

**ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. MSc RIANE NATÁLIA SOARES VASCONCELOS**

**MARCELO PEREIRA DOS SANTOS**

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS CADEIRANTES: UMA QUESTÃO DE  
ACESSIBILIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,  
da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia Orientadora:  
Professora MSc Riane Natália Soares Vasconcelos

BRASÍLIA/2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MARCELO PEREIRA DOS SANTOS**

### **A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS CADEIRANTES: UMA QUESTÃO DE ACESSIBILIDADE**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

Prof<sup>a</sup> MSc. RIANE NATÁLIA SOARES VASCONCELOS (Orientadora)

---

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> GABRIELA SOUSA DE MELO MIETO (Examinadora)

---

MARCELO PEREIRA DOS SANTOS (Cursista)

BRASÍLIA/2011

## DEDICATÓRIA

O presente trabalho é dedicado a João Marcello e sua querida mãe Eliane, que souberam compreender minha ausência, e nos momentos difíceis, me apoiaram dando-me carinho e amor.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu o dom maior, a vida.

Aos meus familiares: a minha esposa Eliane e ao meu filho João Marcello.

A professora Mestre Ingrid Lílian Fuhr Raad, tutora a distância, Ivana Abrantes, tutora presencial, e em especial, a minha orientadora, Riane Natália Soares Vasconcelos por terem compartilhado os seus conhecimentos comigo.

E, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram nessa jornada árdua, mas gratificante, o meu muito obrigado!

## RESUMO

Assegurar, na prática, o direito de todo e qualquer cidadão brasileiro a uma educação de qualidade é um grande desafio para toda a sociedade brasileira. Neste contexto, o presente estudo procurou abordar a temática da acessibilidade arquitetônica, como indispensável para a construção de uma escola efetivamente inclusiva para os alunos com deficiência física, que fazem uso de cadeiras de rodas. Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográfica e de campo, de natureza qualitativa, em escola pública regular do município de Alexânia – GO, por meio da aplicação de entrevistas a 17 profissionais da educação, incluindo professores, coordenadores e diretor. Os resultados apontam para a necessidade de se operacionalizar, na prática, as adaptações arquitetônicas que garantam acessibilidade a todos os alunos cadeirantes que estudam na referida escola, garantindo a eles e a todos os que ainda virão uma educação menos excludente e com a qualidade merecida e necessária.

Palavras chave: educação inclusiva, deficiência física, acessibilidade.

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1</b>	Sexo .....	25
<b>Tabela 2</b>	Faixa Etária.....	25
<b>Tabela 3</b>	Escolaridade.....	25
<b>Tabela 4</b>	Tempo de atuação como professor (a).....	26
<b>Tabela 5</b>	Tempo de atuação junto aos alunos com deficiência física.....	27

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>10</b>
1.1 - Deficiência Física.....	10
1.1.1 - Principais causas da deficiência física.....	11
1.1.2 - Tipos de deficiência física.....	12
1.2- O que é inclusão?.....	13
1.2.1 - Quando surgiu a inclusão?.....	13
1.2.2 - O que se tem feito pelas pessoas com necessidades especiais...	15
1.3 - Aspectos Gerais da Acessibilidade.....	18
1.3.1 - Acesso de pessoas deficientes em escolas.....	19
<b>II – OBJETIVOS.....</b>	<b>22</b>
2.1 - Objetivo Geral.....	22
2.2 - Objetivos.....	22
<b>III – METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
3.2 - Contexto.....	23
3.3 Participantes.....	24
3.4 - Instrumentos.....	24
3.5 - Procedimentos de construção de informações.....	24
<b>IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>41</b>
A - Roteiro de entrevista aplicada aos professores (Modelo).....	41
<b>ANEXOS.....</b>	<b>43</b>
A - Termo de consentimento livre e esclarecido – Professores (Modelo).	43



## APRESENTAÇÃO

Nos dias atuais, muito se tem discutido sobre os direitos das pessoas com deficiência, no sentido de assegurar-lhes o exercício de sua cidadania. No âmbito da escola, por exemplo, é apontada a necessidade pela busca do respeito e valorização da diversidade humana, na construção de uma educação que seja inclusiva e de qualidade a todos os alunos, independente de suas diferenças individuais.

Por outro lado, observa-se que pouco foi de fato realizado nessa busca pela inclusão. São muitos os casos de alunos que estão excluídos do sistema educacional em decorrência de suas deficiências. Há aqueles que estão nas escolas, mas não recebem o apoio necessário para garantir uma educação de qualidade.

Do ponto de vista de acessibilidade arquitetônica, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. Muitas escolas não possuem rampas, e tem seus espaços inacessíveis ao aluno que faz uso de cadeira de rodas. Tais desafios instigaram a realização deste trabalho, pois em minha atuação profissional, me deparei várias vezes com as barreiras que dificultam o acesso e a permanência do aluno cadeirante á escola. Neste contexto, pergunta-se: qual a importância da acessibilidade para o processo de inclusão do aluno cadeirante? O que tem sido feito para assegurar seu direito á uma educação de qualidade, que atenda adequadamente a todos, sem distinção?

Se a Constituição Federal de 1988, garante que somos todos iguais, por que ainda existem escolas despreparadas, ou seja, ainda sem adaptação para receber alunos com necessidades especiais?

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1998, p 19).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9.394/1996), afirmou que os planejamentos de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa na sala de aula. Presume também que a educação seja a mais integrada possível, propondo a inclusão dos alunos diferentes na escola do ensino regular.

Sendo desta forma as escolas deveriam ter sido preparadas para receber com dignidade estes alunos com necessidades especiais. Mas o que vemos nos dias atuais são escolas sucateadas, sem adaptação e muito menos profissionais qualificados para assumirem tais responsabilidades.

[...] temos que reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas [...] Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os "especializados," e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais. (MANTOAN, 2004, p. 28)

A partir deste pressuposto necessita-se de encorajamento e luta para que seja feita esta reviravolta e colaborar na construção pela igualdade e dignidade de todos.

Neste sentido, o presente trabalho foi desenvolvido, de acordo com a seguinte estrutura:

No primeiro capítulo está a fundamentação teórica, onde foi trabalhada a questão da deficiência física, seus tipos e suas principais causas. Constam, também, os conceitos e pressupostos da educação inclusiva e questões relacionadas com a acessibilidade.

O segundo capítulo apresenta os objetivos do trabalho, enquanto o terceiro aborda a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. No quarto capítulo estão apresentados os resultados e suas análises, enquanto no último estão as considerações finais.

## I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 - Deficiência Física

Segundo o Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontramos o conceito de deficiência e de deficiência física, conforme se segue:

Art. 3...: - Para os efeitos deste Decreto, considera-se: I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art. 4...: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

(<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf> acessado em 23/01/2011)

Segundo Schirmer, Browning Bersch e Machado (2007, p.22),

O comprometimento da função física poderá acontecer quando existe a falta de um membro (amputação), sua má-formação ou deformação (alterações que acometem o sistema muscular e esquelético). Ainda encontraremos alterações funcionais motoras decorrentes de lesão do Sistema Nervoso e, nesses casos, observaremos principalmente a alteração do tônus muscular (hipertonia, hipotonia, atividades tônicas reflexas, movimentos involuntários e incoordenados). As terminologias “para, mono, tetra, tri e hemi”, dizem respeito à determinação da parte do corpo envolvida, significando respectivamente, “somente os membros inferiores, somente um membro, os quatro membros, três membros ou um lado do corpo”.

Raposo e Tavares (2010, p. 260) também reafirmam:

A deficiência física, em princípio, diz respeito a alterações nos movimentos, no entanto, essas alterações podem implicar singularidades nos modos de mobilidade, alimentação, coordenação motora, comunicação oral ou escrita, por exemplo, o que pode remeter à necessidade de adaptações para a realização das atividades escolares. Ressalta-se ainda que tais dificuldades podem se modificar ao longo do tempo conforme o curso de desenvolvimento da pessoa e/ou da patologia.

A partir deste pressuposto, vê-se que a deficiência física pode acarretar muitas dificuldades, e com isso é fundamental que sejam conhecidas e divulgadas

amplamente as necessidades das pessoas cadeirantes, de modo a garantir que todas as adaptações necessárias sejam feitas.

[...] é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações prática vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida. (BRASIL, 2006, p. 29)

Desta forma vê-se a importância de se dedicar aos cadeirantes apoiando-os na busca pela acessibilidade em todos os locais em que se encontram.

### **1.1.1 - Principais causas da deficiência física**

Muitas são as causas relacionadas à deficiência física, e as principais delas encontram-se especificadas a seguir, de acordo com Liper, (2011 [online]).

- ✓ Acidentes de trânsito;
  - ✓ Acidentes de trabalho: devido principalmente à falta de condições de trabalho, à negligência dos trabalhadores quanto ao uso de equipamentos adequados e etc.
  - ✓ Erros médicos: embora de difícil constatação e comprovação, erros médicos podem levar pessoas a usar cadeiras de rodas ou outro tipo de equipamento;
  - ✓ Paralisia infantil: apesar de estar praticamente erradicada em decorrência das campanhas de vacinação;
  - ✓ Violência urbana: tiros, facadas e o uso de outras armas têm deixado muitas pessoas com deficiência física;
  - ✓ Desnutrição: quando ocorre na infância ou em períodos de gestação, as crianças não têm condições de desenvolver uma série de músculos, comprometendo de forma definitiva movimentos como o andar.
- De acordo com Gil, Santos e Barbato (2010, p. 260).

É importante conhecer a patologia com a qual o aluno convive, suas manifestações e curso de desenvolvimento. A deficiência física, em princípio, diz respeito a alterações nos movimentos, no entanto, essas alterações podem implicar singularidades nos modos de mobilidade, alimentação, coordenação motora, comunicação oral ou escrita, por exemplo, o que pode remeter à necessidade de adaptações para a realização das atividades escolares. Ressalta-se ainda que tais dificuldades podem se modificar ao longo do tempo conforme o curso de desenvolvimento da pessoa e/ou da patologia.

### 1.1.2 – Tipos de deficiência física

A deficiência física refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema ósteo-articular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo o(s) segmento(s) corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida.

Para melhor entendimento, seguem-se algumas definições<sup>1</sup>:

- ✓ Amputação – perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro;
- ✓ Hemiparesia – perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- ✓ Hemiplegia – perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- ✓ Monoparesia – perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- ✓ Monoplegia – perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- ✓ Nanismo – deficiência acentuada no crescimento.
- ✓ Ostomia – intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, óstio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e/ou urina; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário);
- ✓ Paralisia Cerebral – lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental;
- ✓ Paraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
- ✓ Paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores;

---

<sup>1</sup> Definições extraídas do site [deficienteonline.com.br](http://www.Deficienteonline.com.br). ( A Inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho; MPT/Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho - Brasília/DF – 2001) Disponível em < <http://www.Deficienteonline.com.br/index.php>> Acesso em 15 fev 2011 às 20:50:10.

- ✓ Tetraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- ✓ Tetraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- ✓ Triparesia – perda parcial das funções motoras em três membros;
- ✓ Triplegia – perda total das funções motoras em três membros;

Liper (2011), admite-se ter em mente que a opinião de deficiência inclui a incapacidade relativa, parcial ou total, da *performance* da presteza dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

## **1.2- O que é inclusão?**

Incluir quer dizer fazer parte, inserir, introduzir. E inclusão é o ato ou efeito de incluir. Assim, a inclusão social da pessoa com deficiência significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade e pelo Estado, pelo poder público (OLIVEIRA, 2000, p.13).

Hoje se faz necessário que aconteça a inclusão de alunos em escolas de ensino regular, pois é um direito que é assegurado pela Constituição Federal, onde se diz que todos são iguais perante a lei e por isso se faz necessário que todos os alunos especiais busquem seu espaço na sociedade, não apenas por estar inserido, mas para garantir o seu direito de cidadão.

Para que o sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular ocorra, torna-se imprescindível a busca de possibilidades para alcançar melhorias significativas para esses alunos na escola, por meio das adequações, das técnicas pedagógicas à diferença do alunado. E isso se torna um compromisso intransferível das escolas primária, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social.

### **1.2.1 - Quando surgiu a inclusão?**

A Inclusão, processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo, fato que vem se concretizando a partir da década de 1950. A inclusão é a alteração da

sociedade como pré-requisito para que pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (SASSAKI, 1997). Segundo o autor, a inclusão é um processo amplo, com modificações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais. Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, deve-se aprender a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (CIDADE e FREITAS, 1997).

A inclusão social surgiu como oposição à prática da exclusão, em seu sentido total, os “diferentes” eram considerados incapazes, levando assim uma vida sem grandes perspectivas. Ainda hoje, na educação existem muitas discussões referentes à inclusão das pessoas com deficiência na escola regular, pois implica numa mudança de paradigmas, causando alterações na prática educativa e desacomodando toda a comunidade escolar.

De acordo com Fonseca (2009), a educação especial assume, a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso a informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. Já que a educação especial em seu primeiro momento caracterizava-se pela segregação e exclusão, logo as pessoas com necessidades especiais eram simplesmente ignoradas, evitadas, abandonadas ou encarceradas e muitas vezes eliminadas. Após a evolução histórica, a educação especial até 1990, passou a ser vista de outro modo após o evento que formalizou a “educação para todos” como plataforma básica para o sistema educacional.

A linha de ação da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), importante marco da educação inclusiva, aponta aspectos a serem considerados na adoção e na implantação do processo de inclusão.

Conceição (2009) ressalta outros importantes documentos que amparam as pessoas com necessidades especiais, especificados a seguir:

- ✓ Lei nº. 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente;
- ✓ Lei nº. 10.098/00 - Acessibilidade, lei que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, mediante a

supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação;

- ✓ Lei nº. 10.436/02 - LIBRAS, lei que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como forma de meio legal de comunicação e;
- ✓ Lei nº. 7.853/89 - CORDE - lei que oferece apoio às pessoas com necessidades especiais;
- ✓ Lei nº. 10.845, de março de 2004 - Lei que estabelece o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com necessidades especiais;
- ✓ Lei nº. 10.172/01 - Plano Nacional de Educação Especial, a partir da vigência desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.

Muitas discussões têm sido feitas nos últimos anos, visando a operacionalização, na prática, dessas leis, viabilizando, assim, o combate a exclusão. Estar Incluso e participar, são inerentes à dignidade humana, devendo, portanto, todas as pessoas exercerem seus direitos, independente de suas diferenças individuais, sejam elas deficiência ou outra qualquer. No campo do ensino, isto se reflete na ampliação de táticas que buscam promover a pura equalização de oportunidades.

### **1.2.2 - O que se tem feito pelas pessoas com necessidades especiais**

Uma sociedade realmente inclusiva precisa ter acessíveis todos os seus espaços, de modo a garantir acesso de todos os cidadãos, sem restrição.

Porém, ainda estamos longe dessa realidade. Os ambientes culturais, por exemplo, que atendem as recomendações de acessibilidade ainda são poucos, e precisa-se de mais espaços adaptados para pessoas com necessidades especiais, que ficam, muitas vezes, sem acesso ao lazer. Poucas pessoas com necessidades especiais podem usufruir das atividades culturais, pois muitos ambientes ainda são inacessíveis à grande maioria das pessoas. (RAPOSO E TAVARES, 2010). As autoras apontam, porém, que há locais que já oferecem acesso às pessoas com



necessidades especiais, a exemplo do Espaço Cultural São Paulo, a Biblioteca Digital e Sonora da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, o Espaço Cultural Vivo, localizado na cidade de São Paulo, enquanto alguns encontram-se em processo de adaptação para este fim, como é o caso do projeto Biblioteca Acessível, na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Apesar da existência de algumas iniciativas para garantir o acesso de todas as pessoas aos espaços públicos, ainda verificamos que há muito a ser feito, especialmente às pessoas com deficiência física que fazem uso de cadeiras de rodas. A inclusão, tão discutida nos dias atuais, muitas vezes fica só no papel, presente na grande variedade de leis que a recomendam. A realidade aponta para a necessidade de maior fiscalização para o cumprimento dessas leis e maior participação das pessoas no sentido de cobrar que todas sejam colocadas em prática, garantindo a igualdade de oportunidades a todo cidadão.

Está na hora de deixarmos de ver o portador de deficiência como um objeto de estudo ou um depositário passivo (paciente) de nossas decisões administrativas ou terapêutico-educacionais, e entendermos que ele é na verdade um consumidor do saber e dos serviços que temos a oferecer. Só a partir desta perspectiva, poderemos, de fato, auxiliá-lo em sua difícil missão de quebrar as barreiras físicas, afetivas e sociais que o impedem de viver plenamente como qualquer outra pessoa. (GLAT, 1997, p. 200).

A partir deste pressuposto, vemos que devemos sair do comodismo e lutar pela igualdade de nossos colegas com necessidades especiais, destacando o que preconiza o Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 no Art.2º:

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (p. 56)

Sabemos que lutar para que prevaleçam os direitos não é tarefa fácil, mas precisamos ir ao encontro para que seja prevalecido o direito já adquirido. É notório que os embasamentos teóricos e a metodologia usada na inclusão escolar centralizam-se numa intuição de que a educação de qualidade é para todos, na consideração à diversidade dos alunos. Portanto, em face das alterações sugeridas, cada vez mais tem sido repetida a importância da capacitação de profissionais e

educadores, em particular do professor de classe comum, para o atendimento das obrigações educacionais de todas as crianças, com ou sem deficiências.

Não adianta falar em igualdade de oportunidades, se a sociedade não garantir o acesso da pessoa com deficiência a essas oportunidades. Muitos são os suportes necessários e possíveis de imediato. Outros demandam maior planejamento a médio e longo prazo. Todos, entretanto, devem ser disponibilizados, caso se pretenda alcançar uma sociedade justa e democrática. (<http://www.webartigos.com/articles/34187/1/INCLUSAO-NA-ESCOLA/pagina1.html>, acesso em 20/01/2011)

A respeito da educação inclusiva, Schaffner e Buswell (1999) ressaltam a importância do gestor, apontando que suas funções incluem a definição dos desígnios da instituição, a motivação à habilitação de professores, o fornecimento de apoio às interações e aos processos que se compatibilizem com a filosofia da escola. De acordo com Marchesi e Martín (1995) é ainda necessário que haja disponibilização dos meios e recursos para a integração dos alunos com necessidades especiais. A atuação dos administradores escolares pode ser de grande valia na tarefa de construir uma escola pronta a atender a todos os indivíduos, sem discriminação.

Para a adequação das instituições escolares às necessidades de todos os alunos, primeiramente é necessário que as pessoas envolvidas nesse processo estejam conscientes de que todos os alunos merecem ser valorizados e respeitados em seus direitos. Estamos vivenciando uma crise de paradigmas, e toda a crise gera medos, insegurança e incertezas, mas propõe-se que seja este o momento de ousadia e de busca de alternativas que nos sustentem e norteiem para realizarmos as mudanças que o momento propõe.

Percebe-se que a Declaração de Salamanca é uma afirmação de princípios, em prol da Educação para Todos, que procedeu da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais (7 e 10 de Junho de 1994, Salamanca). Esta conferência foi promovida pelo Governo Espanhol, em colaboração com a *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas), (UNESCO) e propôs à presença de mais de 300 participantes de 92 governos e 25 organizações internacionais. Fruto desta ação, motivada pela necessidade e urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais,

no quadro do sistema regular de educação, surgiu este documento, que representa um consenso mundial, um marco significativo, na história da educação especial. Disponível em: (<http://pt.scribd.com/doc/13828224/DECLARACAO-DE-SALAMANCA-Perguntas-frequentes>). Acesso em 25/01/2011).

### **1.3- Aspectos Gerais da Acessibilidade**

O Decreto Legislativo nº 189, 2008, foi um grande avanço técnico no trato das questões, relacionadas com a acessibilidade às pessoas com deficiências. Ele preconiza que:

os Estados partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, a informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertas ao público ou de uso público, tanto da zona urbana como rural. (p137)

Segundo especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 9050 (2004, p.2),

Acessibilidade – é a possibilidade e a condição de alcance para utilização com segurança e autonomia as edificações, espaços públicos, mobiliário e equipamentos urbanos. Essa pressupõe a liberdade de escolher ou a opção individual no ato de relacionar com o ambiente e com a vida.

Para que a educação inclusiva de pessoas especiais seja bem realizada, é preciso abordar o termo acessibilidade, em relação ao seu conceito e quanto as suas implicações na vida real. Os conceitos utilizados fazem parte da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050/2004, a qual representa avanços no que se trata de questões relacionadas com a acessibilidade às pessoas com deficiências físicas. Um grande avanço foi a criação de Desenho Universal como tendência voltada para benefício de todos.

Raposo e Carvalho (2005, p. 140) expressam essa compreensão quando afirmam:

O enfrentamento das dificuldades relacionadas à educação inclusiva corresponde à complexidade desse processo, cujos elementos principais enfatizam a acessibilidade de todos os educandos aos ambientes escolares, em condições que favoreçam seu desenvolvimento e sua aprendizagem, bem como a plena participação na comunidade escolar, de modo a promover uma transformação significativamente positiva nas identidades institucional, docente e discente.

Paulo e Costa (2007) observam que;

Em uma sociedade inclusiva, as diferenças sociais, culturais e individuais são utilizadas para enriquecer as interações e a aprendizagem entre os seres humanos. Trata-se de uma mudança profunda no comportamento e na atitude das pessoas. No caso específico das pessoas com deficiência, promover a compreensão da diversidade é a forma mais coerente de favorecer a inclusão social e aprendizagem dessas pessoas (p.6).

Neste contexto, é necessário que todas as pessoas da sociedade se envolvam no processo de inclusão, tendo como princípio básico o reconhecimento e a valorização de toda a diversidade existente. A escola, neste contexto, exerce um papel de grande relevância.

### **1.3.1 – Acesso de pessoas deficientes em escolas**

De acordo com a legislação vigente, as pessoas com deficiência devem ter acesso em escolas públicas, ao ensino primário e secundário inclusivo de qualidade e gratuito com condições iguais às demais pessoas na comunidade em que vive.

Porém, muitas crianças, jovens e adultos ainda estão privados em seu direito de frequentar uma escola, devido à falta de acessibilidade. Pode-se observar que em escolas públicas este acesso ainda é muito precário e está longe de ser resolvido.

Assim até o ano de 2010, o órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pela educação da criança com deficiência era a Secretaria de Educação Especial (SEESP). Segundo a mesma (BRASIL, 2000a, p. 1), educação especial é uma:

[...] modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, ela perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Esta modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

Ainda estamos muito longe de encontrar no país condições adequadas para um acesso livre a todas as pessoas com deficiências ou que possuam algum tipo de dificuldade de locomoção seja em decorrência de alterações motoras, neurológicas

ou visuais. Assim é necessário que sejam tomadas medidas de grande relevância para combater essa realidade.

Para alcançar a meta de combate à exclusão de qualquer pessoa do sistema educacional, é preciso desenvolver ações em áreas estratégicas, que incluam adaptações curriculares e formação de recursos humanos.

Visando a garantia da educação da pessoa portadora de necessidades educativas especiais, as ações educativas caracterizam-se por esforços de sensibilização e de promoção da capacitação da comunidade escolar. Esta categoria engloba ainda suporte ao processo ensino-aprendizagem, bem como o apoio à realização de pesquisas relativas a esse processo. (BRASIL, 2000b, p.12)

A legislação brasileira atual assinada em 2008, dobra o valor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), para alunos com deficiência inclusos na rede regular, se atendidos no contraturno público com os apoios de que necessitam.

Para Kelmam (2008, p.108),

a parceria família-escola-comunidade é fundamental para a promoção dos processos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos. É importante que o professor busque obter conhecimentos especializados, habilidades e competências para atuar e assim compreender melhor a família e as relações interpessoais que existem dentro dela e em relação a outros contextos, como a escola.

Minto (2000, p. 13) aponta que o Plano Nacional de Educação – Proposta do Executivo ao Congresso Nacional (PNE/MEC) reconhece que:

[...] as escolas estão, em geral, desaparelhadas para esse tipo de atendimento, e os professores não estão habilitados para lidar com essas crianças, uma vez que, até recentemente, não reconheciam como sua responsabilidade de educar crianças com necessidades especiais.

O significado da palavra acessibilidade remete-nos ao pensamento de que as pessoas com deficiência estão sujeitas a ajuda de outras pessoas, e isso gera ocasiões de constrangimento e que somente vinculam a segregação. Neste mesmo sentido, a ABNT 9050/2004 aponta, no item sobre acessibilidade e adaptação, que:

A acessibilidade pode ser definida como uma forma de alcançar, entrar e abrir; enquanto as acomodações implicam em adaptação. A acomodação em acessibilidade implica em flexibilidade e habilidade de ajustar o indivíduo em

diferentes situações. Neste sentido, toda a acessibilidade, assim como as adaptações necessárias para uma efetiva inclusão da pessoa com deficiência na escola devem ser asseguradas, na prática. Trata-se de um caminho para a construção de uma sociedade efetivamente inclusiva para todos os seus cidadãos.

## II OBJETIVOS

### 2.1 - OBJETIVO GERAL

- ✓ Investigar a importância da acessibilidade para a inclusão escolar de alunos cadeirantes.

### 2.2 - Objetivos

- ✓ Apresentar o conceito, os principais tipos e etiologia da Deficiência Física;
- ✓ Apresentar o conceito de inclusão, sua trajetória e principais pressupostos;
- ✓ Conceituar acessibilidade, focalizando sua importância na garantia da educação inclusiva;
- ✓ Investigar o processo de inclusão de alunos cadeirantes, do ponto de vista da acessibilidade, em escola pública regular do município de Alexânia-GO.

### III METODOLOGIA

O atual trabalho trata-se de uma pesquisa empírica, fundamentada em dados da realidade, testa e origina novas informações teóricas. Foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2002), a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange tudo o que foi escrito, dito e filmado sobre determinado assunto e que já foi tornado público. E o seu alvo é colocar o pesquisador direto com todo esse material.

Ao que se diz respeito à pesquisa de campo, Marconi e Lakatos (2002) apontam que:

A pesquisa de campo tem o objetivo de buscar informações e/ou conhecimentos acerca de um problema que se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar ou ainda descobrir novos fenômenos ou relações entre eles. (p.83)

Medeiros (2005), diz, a pesquisa bibliográfica caracteriza-se como documentação indireta. A documentação direta abrange a observação da própria realidade a entrevista. Segundo o autor a pesquisa de campo requer em primeiro lugar a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Em segundo lugar, devem-se originar as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na resolução da amostra, que será representativa e suficiente para apoiar as conclusões e em terceiro lugar, é necessário estabelecer uma técnica de registro dos dados que serão utilizados posteriormente.

#### 3.2 - Contexto

A coleta de dados foi realizada em uma Escola de Ensino Regular do Município de Alexânia GO, que atende alunos com deficiência física.

O espaço físico da escola é formado por dois pavilhões, sendo que em um funcionam 06 salas de aulas e 02 banheiros. No outro pavilhão encontra-se 01 sala para a administração, 01 coordenação, 01 sala de informática, 01 banheiro para os funcionários, 01 cantina e 04 salas de aula. Destas 10 salas apenas duas possuem rampas; os banheiros não são adaptados para cadeirantes, pois os mesmos não



podem usar, e quando precisam ir ao banheiro usam um espaço atrás da cantina para realizar suas necessidades fisiológicas.

O quadro de funcionários da escola é composto por 38 funcionários capacitados de acordo com suas atividades, sendo: dezoito professores, quatro coordenadores, dois secretários, treze auxiliares de serviços gerais e uma diretora.

A escola funciona em dois turnos, sendo matutino e vespertino, atendendo 454 alunos, sendo 237 alunos no turno matutino e 217 no turno vespertino. Destes, 13 possuem deficiência (intelectual, visual ou física)

### **3.3 Participantes**

Foram entrevistados dezessete profissionais da educação, sendo uma diretora, quatro coordenadoras e treze professores, os quais trabalham com todas as disciplinas. As coordenadoras estão identificadas pelas letras A, B, C e D. Os professores também estão identificados pelas letras de A a L.

### **3.4 - Instrumentos**

Os dados foram coletados por meio de entrevistas, contendo quatorze perguntas, sendo 5 fechadas e 9 abertas, direcionadas a investigar a relevância da acessibilidade como fator de inclusão de alunos cadeirantes. Todas as perguntas tem uma relação entre si e, gradativamente, vão apresentando maior especificidade em relação ao assunto em estudo. Foram distribuídas 20 entrevistas e recebidas 17.

### **3.5 - Procedimentos de construção de informações**

A instituição foi escolhida por se tratar de uma escola de ensino fundamental, com primeira fase do ensino regular, que atende, dentre outros, a alunos com deficiência física que fazem uso de cadeiras de rodas.

Desta forma, viu-se a necessidade de investigar como está sendo realizado o processo de inclusão na referida escola, no sentido de verificar questões relacionadas á acessibilidade aos alunos cadeirantes, já preconizada na legislação brasileira como um direito desse segmento.

Foi tranquilo o primeiro contato com os investigados. Durante o recreio todos estavam na sala destinada aos professores, momento em que pude expor os objetivos da pesquisa e logo se prontificaram a colaborar com a mesma. Foram

distribuídos as entrevistas, que foram recolhidos dois dias depois. Dos vinte roteiros entregues, foram devolvidos 17, quantidade suficiente para a realização do estudo.

## IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO

As questões de 1 a 5 estão relacionadas diretamente com características dos profissionais participantes da entrevista.

### Pergunta 1- Sexo

**Tabela:** Sexo

Variáveis	Frequência	Porcentagem
Masculino	00	0%
Feminino	17	100%

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Todos os entrevistados são do sexo feminino.

### Pergunta 2- Faixa etária

**Tabela 2-** Faixa Etária.

Variáveis	Frequência	Porcentagem
Até 20 anos	00	0%
De 21 a 40 anos	12	90%
Mais de 40 Anos	05	10%

**Fonte:** Pesquisa de Campo

No quesito faixa etária, observa-se que a maioria dos profissionais entrevistados possui entre 21 e 40 anos, correspondendo a 90% dos entrevistados, enquanto 10% dos respondentes passaram dos 40 anos.

### Pergunta 3 - Escolaridade

**Tabela 3 -** Escolaridade

Variáveis	Frequência	Porcentagem
Ensino Médio Magistério	07	40%
Graduado	05	30%
Pós-graduado	05	30%

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Dentre os entrevistados 40% possuem apenas o nível médio “Técnico em Magistério”, enquanto 30% dos entrevistados possui nível superior e os outros 30% dos respondentes já tem pós-graduação.

De acordo com Sant’Ana ( 2005, p.227)

É sabido que os fundamentos teórico metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências.

No entanto, autores como Goffredo (1992) e Manzini (1999) têm alertado para o fato de que a implantação da educação inclusiva tem deparado limites e problemas, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades especiais dos alunos, além de infra-estrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação especializada dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação das políticas de inclusão.

**Pergunta 4-** Há quanto tempo atua como professor (a)?

**Tabela 4 -** Tempo de atuação como professor (a).

Variáveis	Frequência	Porcentagem
Menos de 01 ano	00	0%
De 01 a 05 anos	04	24%
De 06 a 10 anos	04	24%
Mais de 10 anos	09	52%

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Em relação ao tempo de atuação como professor, nenhum respondente afirmou ter menos de um ano, enquanto 4 entrevistados afirmaram ter de um a cinco anos de experiência como professor, correspondendo a 24% da amostra. Quatro respondentes afirmaram ter de 6 a 10 anos de atuação como professor, totalizando 24% da amostra, enquanto nove respondentes (52%) possuem mais de dez anos de experiência como professor.

**Pergunta 5-** Há quanto tempo atende alunos com deficiência física na sala de aula regular do ensino fundamental de primeira fase?

**Tabela 5 –** Tempo de atuação junto aos alunos com deficiência física

Variáveis	Frequência	Porcentagem
Nunca atendeu	05	30%
Menos de 01 ano	01	05%
De 01 a 05 anos	06	35%
De 06 a 10 anos ou mais	05	30%

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Em relação ao atendimento de alunos com necessidades especiais observa-se que a maioria já trabalhou com alunos que possuem deficiência física, tendo 5 do total dos entrevistados afirmado nunca ter atendido essa clientela, correspondendo a 30% da amostra.

As questões de 6 a 14 estão relacionadas diretamente com a temática do presente estudo, então pode - se perceber como está o andamento e como estão colocando em prática a lei da acessibilidade.

6) Já participou de algum simpósio, seminário ou curso na área de educação inclusiva?

Em caso negativo, justifique o porquê.

**Professor A:** *sim*

**Professor B:** *Não, falta de oportunidade*

**Professor C:** *Sim*

**Professor D:** *Sim*

**Professor E:** *Sim*

**Professor F:** *Sim*

**Professor G:** *Não.*

**Professor H:** *Sim*

**Professor I:** *Não, não surgiu ainda nenhuma oportunidade*

**Professor J:** *Sim*

**Professor K:** *Sim*

**Professor L:** *Sim*

**Coordenador A:** *Sim*

**Coordenador B:** *Sim*

**Coordenador C:** *Sim*

**Coordenador D:** *Sim. Não foi suficiente para a preparação dos professores.*

**Diretor (a):** *Sim.*

Os resultados apontam que a maioria dos respondentes já fez alguma capacitação na área da educação inclusiva. Somente três afirmaram não ter tido esta

capacitação, sendo que dois deles relatam não terem tido oportunidade. Interessante ressaltar que o coordenador D afirma que apesar de ter feito a capacitação, esta não foi suficiente para preparar os professores .

A esse respeito, Santos (1998, p.46) afirma:

As pessoas humanas se desenvolvem na medida em que agem e interagem num mundo de diversidade e de enriquecimento com o heterogêneo. Torna-se, portanto, imprescindível o convívio com a diferença, e os processos de ensino e aprendizagem não podem ser pasteurizados e homogeneizados sob a ameaça de formação de identidades prejudicadas pela pobreza de estímulos e de situações.

[...] No âmbito da Educação Especial, observa-se que, com a diretriz das propostas de integração, e, mais atualmente de inclusão escolar, as quais representam o reconhecimento da cidadania do sujeito com necessidades especiais, surgem muitos questionamentos em torno da formação e da prática dos seus profissionais. (NUNES et al., 1998, p. 58)

7) Você considera que a escola pública regular está adequadamente preparada para atender com qualidade e o aluno com deficiência física? Justifique sua resposta.

**Professor A:** Não. Em sua maioria não existe nenhuma adaptação que torne acessível e cômoda a sua estada na escola, causando muita desistência

**Professor B:** Não. A escola onde trabalho está longe de ser adequada, pois foi “jogado” os alunos, sem o mínimo de respeito com o mesmo;

**Professor C:** Não, há um atendimento (especializado) precária e falta estrutura física, pedagógica e humana.

**Professor D:** Não. As salas estão lotadas, não tendo como dar atenção especial para aquele aluno que mais necessita, além do mais quem alfabetiza tem que dar conta do conteúdo, alfabetização e ainda separar tarefas diferenciadas sozinho.

**Professor E:** Não, nem as escolas e a maioria dos professores também não e dos demais profissionais da Instituição.

**Professor F:** Não, a adequação do espaço físico não atende as necessidades das crianças com deficiência.

**Professor G:** Não. Falta de atendimento especial, no espaço físico.

**Professor H:** Não, começando pelo prédio da escola, a preparação dos professores e funcionários.

**Professor I:** Não, os professores não tem preparação adequada e o acesso dos cadeirantes é difícil.

**Professor J:** Não, porque a criança precisa de uma escola com adaptações diferenciadas.

**Professor K:** Não, porque para ter um ensino adequado para os alunos especiais, tinha que ter uma escola adequada para eles e professores preparados para atendê-los.

**Professor L:** Não, falta estrutura para facilitar o acesso do aluno.

**Coordenador A:** Não, pois falta a adequação do espaço físico para o deficiente físico, principalmente o cadeirante.

**Coordenador B:** *Não, mas está preparando o espaço físico para os deficientes.*

**Coordenador C:** *Não, as escolas Públicas não estão preparadas. Faltam as condições necessárias para a inclusão.*

**Coordenador D:** *Não, por falta de estrutura física adequada.*

**Diretor (a):** *Não, não tem espaço adequado e os professores não tem uma formação específica para atender as necessidades desses alunos.*

De acordo com as falas de todos os respondentes, a escola pública regular não está preparada para atender adequadamente os alunos com deficiência física. Tal fato é preocupante, uma vez que esses alunos possuem direito á uma educação de qualidade voltada ao respeito e valorização da diversidade, preconizado em lei.

Mantoan mostra-se otimista quando fala que:

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (MANTOAN, 2002, s/p).

8) A entrada e saída de sua escola são acessíveis à pessoas que fazem uso de cadeira de rodas?

**Professor A:** *Não.*

**Professor B:** *Não. Como já havia escrito acima.*

**Professor C:** *Não, foi construída uma rampa e os cadeirantes usam o portão dos funcionários.*

**Professor D:** *Não. Algumas salas têm rampas, porém o banheiro não é adequado, nem as entradas, dificultando a passagem dos cadeirantes.*

**Professor E:** *Sim.*

**Professor F:** *Parcialmente sim, pois nem todas as salas estão adequadas.*

**Professor G:** *Não.*

**Professor H:** *Não.*

**Professor I:** *Não é o adequado, mas dá para entrar e sair com cadeiras de roda.*

**Professor J:** *São algumas salas tem rampas e outras não tem.*

**Professor K:** *Sim.*

**Professor L:** *Não. Faltam rampas.*

**Coordenador A:** *Não.*

**Coordenador B:** *Sim.*

**Coordenador C:** *Não.*

**Coordenador D:** *Não. O espaço físico da Escola é ruim e a entrada precisa melhorar.*

**Diretor (a):** *Não.*

A maioria dos respondentes afirma que a entrada e saída da escola não são acessíveis ao aluno que utilizam cadeiras de rodas. Neste sentido, questiona-se: como garantir a operacionalização da educação inclusiva, se a escola nem sequer dá acesso ao aluno cadeirante?

9) As dependências da escola são adaptadas de modo a garantir o acesso dos cadeirantes? O que não está acessível?

**Professor A:** *Não. Existem degraus para entrar nas salas, os banheiros não são acessíveis, o pátio é sem calçada e desnivelado...*

**Professor B:** *Não. Banheiros, portões, pátios, salas apertadas e cheias.*

**Professor C:** *Não, o banheiro e a cantina é inacessível aos cadeirantes.*

**Professor D:** *Não. Muitos não tem como fazer uso dos banheiros, as vezes tendo até que irem para casa para fazer suas necessidades.*

**Professor E:** *Não, as salas são pequenas, superlotada, não tendo como se locomover, os banheiros as portas não são adequadas.*

**Professor F:** *Não, as rampas não dão acesso a todos os ambientes, as portas não estão alargadas, os banheiros não estão adaptados etc.*

**Professor G:** *Não. É o estado físico da escola.*

**Professor H:** *Não, salas pequenas, degraus altos, o pátio da escola com altos e baixos.*

**Professor I:** *Algumas salas não tem rampa para cadeirantes.*

**Professor J:** *Não, principalmente os banheiros.*

**Professor K:** *Sim.*

**Professor L:** *Não. Faltam rampas e banheiro adaptado.*

**Coordenador A:** *Não. Não tem rampa para entrarem na escola, não tem banheiro adequado para o cadeirante.*

**Coordenador B:** *Os banheiros.*

**Coordenador C:** *Nada esta acessível.*

**Coordenador D:** *Não. As salas são pequenas e os banheiros precisam ser adequados.*

**Diretor (a):** *Não. As salas, os banheiros, os pátios dentre outros.*

10) Os bebedouros e telefones públicos estão acessíveis aos cadeirantes?

**Professor A:** *Somente os bebedouros.*

**Professor B:** *Bebedouros até que sim.*

**Professor C:** *Somente o bebedouro.*

**Professor D:** *Não.*

**Professor E:** *Não.*

**Professor F:** *Não o telefone não está acessível, o bebedouro sim.*

**Professor G:** *O bebedouro sim e telefone público não.*

**Professor H:** *Não, pois ambos estão em uma certa altura que impossibilita alcançá-los.*

**Professor I:** *Sim*

**Professor J:** *Os bebedouros estão e os telefones não estão...*



**Professor K:** *Sim.*

**Professor L:** *Não.*

**Coordenador A:** *Na escola não.*

**Coordenador B:** *Sim.*

**Coordenador C:** *Não.*

**Coordenador D:** *Os bebedouros sim, telefone público não.*

**Diretor (a):** *Não.*

Em relação às perguntas 8, 9 e 10, a maioria dos respondentes relata que a escola ainda não está adequadamente adaptada para receber os alunos com deficiência física, ou seja, ainda não há acessibilidade para garantir a esse segmento a educação de qualidade a que eles tem direito.

É preciso sensibilizar a população para lutar pelos direitos adquiridos no Decreto nº 3298/99, que preconiza acessibilidade à população com deficiência ou mobilidade reduzida, à escola e a todos os outros espaços.

A respeito da preparação da escola para o atendimento aos alunos com deficiência, Cidade (1997, p. 49) ressalta que:

Sabemos também que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno portador de uma deficiência e por vários motivos, entre eles, porque os professores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades daqueles alunos e porque os escolares que não têm deficiência não foram preparados sobre como aceitar ou brincar com os colegas com deficiência.

11) Você tem conhecimento de alguma ação voltada à acessibilidade arquitetônica que esteja sendo desenvolvida por sua escola? Em caso positivo, descreva as ações e os sujeitos envolvidos:

**Professor A:** *Há tempos esta escola busca dar maior acessibilidade aos cadeirantes com ações junto às autoridades, mas não é fácil fazer uma reforma arquitetônica em um prédio público, pelo menos aqui, não é.*

**Professor B:** *Não tenho conhecimento.*

**Professor C:** *Não.*

**Professor D:** *Somente as novas salas construídas colocaram rampas, as demais continuam sem, quando construíram a nova sala adaptaram-na e antes foi feito um projeto para essa necessidade na escola.*

**Professor E:** *Não.*

**Professor F:** *Sim, o plano de ação prevê as alterações necessárias, porém depende muito dos nossos governantes realizar tais alterações.*

**Professor G:** *Não respondeu.*

**Professor H:** *Não.*

**Professor I:** *Não tenho conhecimento de nenhuma ação.*

**Professor J:** *Sim.*

**Professor:** *Não.*

**Professor L:** *Não.*

**Coordenador A:** Não.

**Coordenador B:** *Sim, as rampas foram feitas a pedido da diretora.*

**Coordenador C:** Não.

**Coordenador D:** Não respondeu.

**Diretor (a):** Não.

Verifica-se que dez respondentes não tem conhecimento acerca de alguma ação voltada para a acessibilidade arquitetônica que esteja acontecendo no âmbito de sua escola. Até mesmo o(a) diretor(a) relata não ter conhecimento dessas ações.

12) O Projeto Político Pedagógico da escola prevê a existência de pessoas com deficiência física, contemplando a diversidade existente? Justifique.

**Professor A:** *Sim. O Projeto Político Pedagógico da Escola prevê a acolhida e a inclusão de toda e qualquer diversidade.*

**Professor B:** *Não sei, desconheço esta existência.*

**Professor C:** *Sim, de acordo a legislação e a consciência de inclusão da equipe escolar.*

**Professor D:** *Sim, porém a escola não tem condições para contemplar e realizar os benefícios que os alunos com deficiência física necessitam.*

**Professor E:** *Sim, mas no papel é tudo lindo de se ver, mas a realidade é outra.*

**Professor F:** *Sim, porém ainda depende da adequação física e da preparação dos profissionais para isso acontecer.*

**Professor G:** Não respondeu.

**Professor H:** *Sim, trabalhando em sala de aula, diretamente com os meninos.*

**Professor I:** Não tenho conhecimento.

**Professor J:** *Sim, existem muitos planos, só faltam serem realizados.*

**Professor K:** *Sim.*

**Professor L:** *Sim. E é trabalhando diariamente em sala de aula respeitando as diferenças*

**Coordenador A:** Não respondeu.

**Coordenador B:** *Sim.*

**Coordenador C:** *Acredito que sim, não tenho conhecimento estou na escola a seis meses.*

**Coordenador D:** Não respondeu.

**Diretor (a):** *Sim, pois a diversidade existe e deveria fazer parte do cotidiano escolar, porem a realidade é bem diferente.*

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento muito importante na instituição de Ensino, e para sua adequada construção, é importante a participação de toda a comunidade escolar. Observa-se que a maioria dos respondentes afirma que o PPP da escola prevê a existência de alunos com deficiência física e

contempla a diversidade existente. Porém, alguns relatam que as ações previstas ainda não foram operacionalizadas na prática.

Observemos o que preconiza a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, no documento Currículo em Debate (2009, p. 26):

Concluimos que, para o cumprimento das atribuições dos Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares contidas nas Diretrizes Gerais da SE-DUC para organização do ano letivo, é necessário que se tenha espírito de equipe, que as decisões sejam tomadas de forma coletiva e que o PPP contenha ações de formação continuada em serviço, conforme prevê a Lei nº9394/96 artigo 61 que afirma: “A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I. a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II. aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades”. Reiteramos a importância dos Gestores e dos Coordenadores Pedagógicos no processo de implementação das Matrizes junto às equipes docentes das escolas, para concretizar as metas da Reorientação Curricular do Estado e, conseqüentemente, para que as crianças e adolescentes goianos tenham acesso à educação a qual têm direito.

13) Na sua opinião, qual a importância da inclusão escolar na vida do aluno cadeirante?

**Professor A:** *Acho importante, porém, é necessário que as escolas possam oferecer uma maior acessibilidade.*

**Professor B:** *Sentir-se “igual” aos outros.*

**Professor C:** *Além da “oportunidade” acesso a aprendizagem há o relacionamento social com outras crianças.*

**Professor D:** *A importância é grande todos temos direito a inclusão com igualdade, assim os alunos se sentirão iguais aos demais sem exclusão, sem precisar ser tratado diferente para se sentir incluído no ambiente escolar.*

**Professor E:** *Quando os profissionais estão preparados e as escolas adequadas.*

**Professor F:** *A inclusão é importante para que esses alunos possam interagir com outras pessoas e levar uma vida normal.*

**Professor G:** *É levantar a sua participação das atividades na escola.*

**Professor H:** *O aceitar dos colegas como uma criança igual a todos, não importa qual seja a sua deficiência.*

**Professor I:** *Acho muito importante para os cadeirantes quanto para os alunos que não tem nenhum problema físico, mas desde que haja preparação para os professores.*

**Professor J:** *O cadeirante é muito especial na escola, porque ele muito querido pelos colegas.*

**Professor K:** *É muito importante para que os alunos especiais tem o seu direito de cidadão.*

**Professor L:** *São seres humanos que devem ser respeitados e inseridos na sociedade (trabalho, escola) não há diferença.*

**Coordenador A:** *É de suma importância para que o cadeirante possa crescer bem na sociedade sem discriminação.*

**Coordenador B:** *É importante para que ele veja que apesar de suas dificuldades ele pode participar de brincadeiras.*

**Coordenador C:** *A inclusão é importante para todos independente de ser cadeirante ou não.*

**Coordenador D:** *É importante a interação para que haja o desenvolvimento, onde um aluno aprende com os outros.*

**Diretor (a):** *Toda, pois possibilita ao cadeirante continuar sua vida acadêmica abarcando suas necessidades sociais, afetivas, intelectuais e cognitivas.*

Todos os professores consideram a inclusão importante na vida do aluno cadeirante, revelando a essencial importância da escola. Por outro lado, Paro (2001, p. 10) afirma que ainda há escolas que não cumprem seu papel, conforme verifica-se na citação abaixo:

Não há dúvida de que podemos pensar na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social. Mas, uma coisa é falar de suas potencialidades... uma coisa é falar “ em tese”, falar daquilo que a escola poderia ser. [...] outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está já esteja cumprindo essa função. Infelizmente essa escola é sim reprodutora de certa ideologia dominante... é sim negadora dos valores dominados e mera canceladora da injustiça social, na medida em que recoloca as pessoas nos lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica. *Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006 407 (2001, P.10)*

14) No seu entendimento, a falta de acessibilidade arquitetônica pode inviabilizar a inclusão do aluno cadeirante? Justifique.

**Professor A:** *Dificultar sim, inviabilizar não, vai depender muito da importância da “Educação” para esta pessoa e do apoio da família e da escola.*

**Professor B:** *Claro que sim. Mostra que a indiferença é existente, ainda que falem muito do contrario.*

**Professor C:** *Sim, pois muitas vezes o constrangimento de bloqueio, de espaço causa exclusão.*

**Professor D:** *Sim. Pois o aluno fica excluído sem acesso a benefícios que o ajudariam como banheiros, rampas, etc.*

**Professor E:** *Se ele está em um lugar que não está adaptado as suas necessidades, tornam-se momentos de constrangimento.*

**Professor F:** *Sim, pois dificulta a sua independência nas ações desenvolvidas por ele no dia-a-dia.*

**Professor G:** *Sim. Como poderão se locomover, sem ter condições para isso.*

**Professor H:** *Sim, deixando-o desmotivado nos estudos e se sentindo indiferente.*

**Professor I:** *Sim e muito, por exemplo: se não há banheiros adequados, como que o cadeirante vai passar quatro horas e meia?*

**Professor J:** *Pode sim, porque ele não sente bem na escola.*

**Professor K:** *Sim, por que se a escola não sensibilizar esses alunos ele não terá oportunidade de arrumar um bom emprego,*

**Professor L:** *Sim dificulta o transporte do mesmo para outras dependências além de facilitar acidentes.*

**Coordenador A:** *Sim.*

**Coordenador B:** *Não, as escolas tem que adequar para todos os tipos de alunos.*

**Coordenador C:** *No País em que a inclusão é pensada como forma de igualdade. A falta de arquitetura não vai viabilizar a inclusão de cadeirante.*

**Coordenador D:** Não respondeu.

**Diretor (a):** *Sim. Pois, o cadeirante precisa d espaços maiores que possibilite sua locomoção em função da cadeira e sua estrutura.*

Verifica-se que a grande maioria dos respondentes acredita que a falta de acessibilidade pode inviabilizar a inclusão de alunos cadeirantes. Este fato é preocupante, uma vez que podemos observar que a acessibilidade ainda está longe de acontecer. Não basta apenas refletir a esse respeito, ou ler em papéis e dizer que a lei está ao lado do aluno com necessidades especiais, que isto ainda é pouco. É preciso muito mais, é preciso arregaçar as mangas e colocar a mão na massa, buscando parcerias e sensibilizando a sociedade para a busca da acessibilidade na prática.

Assim, Neri (2003, p. 8) afirma que

As pessoas com deficiência possuem limitações ou mentais que muitas vezes não as incapacitam, ou provocam desvantagens para determinada atividade, mas geram estigmas individuais e coletivos. Essas deficiências sociais se apresentam como desvantagens, uma vez que estereótipos e discriminações impedem que a pessoa com deficiência tenha vida normal em sociedade. Uma das principais fontes de preconceitos é a desinformação existente acerca das potencialidades, desejos e dificuldades, deste grupo da população.

Neste sentido, Werneck (1993, p.56) diz que “evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, porque as pessoas são díspares! Estudantes desiguais terão oportunidades diferentes, para que o ensino alcance os mesmos objetivos. Incluir é ceder-se estereótipos”. Desta forma é possível observar também que é preciso que sejam ofertadas capacitações aos profissionais para que estes possam realizar um trabalho digno frente á diversidade existente nas escolas.

## V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas pessoas com deficiência física, que fazem uso de cadeiras de rodas, ainda estão à margem da sociedade, por não terem na prática, seu direito de ir e vir do ponto de vista da acessibilidade assegurado. Sabe-se, também, que uma educação de qualidade, que respeite e valorize as individualidades é direito de todo e qualquer aluno.

A atual pesquisa procurou abordar a temática da acessibilidade arquitetônica, como indispensável para a construção de uma escola efetivamente inclusiva para os alunos com deficiência física. Verificou-se, neste contexto, que ainda há muito a ser feito. A escola pesquisada não está acessível aos cadeirantes, apesar de tê-los em seu corpo discente. Foi possível verificar que a escola ainda tem muito a mudar para se tornar um ambiente de ensino voltado à diversidade. Apesar da grande maioria dos respondentes afirmar já ter tido capacitação no que se refere a educação inclusiva, e todos estarem conscientes da importância da acessibilidade para que o processo de inclusão aconteça, a escola ainda apresenta barreiras arquitetônicas que dificultam a educação de qualidade aos alunos cadeirantes. Dessa forma, percebe-se que, há conhecimento da causa, porém há pouca ou nenhuma ação prática para transformar essa situação. Tal fato é preocupante e sinaliza a necessidade de envolvimento de toda a comunidade escolar nesse processo. Cabe as autoridades competentes também apoiar a escola, de modo a oferecer-lhe condições mínimas adequadas para as mudanças necessárias.

Neste sentido, reitera-se o desafio que todos nós temos na construção de uma escola mais inclusiva, que atenda a todos sem distinção, num ambiente de respeito, valorização e de desenvolvimento da independência e autonomia, tão importantes na formação de todo e qualquer cidadão brasileiro.

O desenvolvimento deste trabalho foi muito importante, pois através dele foi possível fazer um levantamento de como os alunos cadeirantes estão sendo tratados na escola. Além disso, hoje vejo com novos olhares a necessidade de fazer com que as pessoas possam realmente buscar seus direitos e ser incluídos de forma adequada na sociedade em que esta inserida para ser feliz mesmo com suas limitações.

## REFERÊNCIAS

ARANHA Maria Salete Fábio. *Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência 1*; Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, no. 21, março, 2001, pp. 160-173.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT 9050. *Associação Brasileira de Normas Técnicas. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências em edificações; espaços; mobiliários e equipamento urbano*. Rio de Janeiro. 2004, p.2),

BRASIL. *Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Acessibilidade*. Brasília: SEDH, 2008. 264 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Estratégias e orientações pedagógicas para educação de criança com necessidades educacionais especiais: Dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência física*. SEE/MEC/SEESP, Brasília: 2002, 99 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Avaliação: políticas e da Sociedade Brasileira*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.6, n.1, p. 1-42, 2000.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado*. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CIDADE, R. e.; FREITAS, P. S. *Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola*. *Integração*, v. 14 – Edição Especial - Educação Física Adaptada -, p. 27-30, 2002.

CONCEIÇÃO, Glads Silva da. Em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/inclusao-uma-questao-de-direito-860447.html>>. Acesso em 03/01/2011

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade*. Espanha: UNESCO, 1994

GLAT, R. *Um novo olhar sobre a integração do deficiente*. In: MANTOAN, M. I. E. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997. p. 196-201.

GOFFREDO, V. *Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro*. *Integração*, 4(10), 1992 p.118-127.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf> acessado em 23/01/ 2011

<http://pt.scribd.com/doc/13828224/DECLARACAO-DE-SALAMANCA-Perguntas-frequentes> acessado em 23/01/2011

<http://www.cezarliper.com.br/LinkDefiFisiDiversos.asp#exemplo>, acessado em 23/01/2011

<http://www.goretepereira.com.br/arquivos/tipos.pdf> acessado em 20/01/2011

<http://www.mec.gov.br/seesp/publicacoes.shtm> acessado em 12/02/2011

<http://www.webartigos.com/articles/34187/1/INCLUSAO-NA-ESCOLA/pagina1.html>. Acesso em 30/01/2011

KELMAN, Celeste Azulay. Capítulo 13: *O aluno com deficiência física na escola*. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 11-54. *Educação Especial: um direito assegurado*. Livro. 1. [S.l.: s.n.].

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

LIPER, Cezar. *O que é Deficiência Física*. Disponível em < [http://www. Cezarliper.com.br/Link DefiFisiDiversos.asp#exemplo](http://www.Cezarliper.com.br/LinkDefiFisiDiversos.asp#exemplo)>. Acesso em 10 fev 2011 às 22:50:10.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2004, p. 28.

Manzini, E. F. (1999). Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador? *Temas sobre desenvolvimento*, 7(42), 52-54.

MARCHESI, A. e MARTÍN, E. (1995). *Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais*. Em C. Coll, J. Palacios & A. Marchesi (Orgs.), *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. (M. A. Domingues, Trad., V. 3, pp. 7-23). Porto

MINTO, C. A. *Educação especial: da LDB aos planos nacionais de educação –MEC e proposta da sociedade brasileira*, In PALHARES, M.S.;MARINS, S. C.N. *Escola inclusiva*. São Carlos: EdUFSCar. 2002. P.11-39

NERI, Marcelo. *Retratos da deficiência no Brasil (PPD)*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003. P. 250

NUNES, L. R. O. P.; GLAT, R.; FERREIRA, J. R.; MENDES, E. G. *Pesquisa em educação especial na Pós-Graduação*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

OLIVEIRA, Carlos Afonso da Silva. *Os direitos das pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: CORDE, 2001, 44 p.



PEDRINELLI, V. J. *Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia*. In: *Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.

SANT'ANA, Izabella Mendes; *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

SANTOS, M. T. C. T. *De que escola estamos falando na perspectiva da inclusão escolar? Temas sobre desenvolvimento*, v. 7, n. 40, p. 49, 1998.

SCHIRMER, Carolina R et. al. *Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física*. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007

## APÊNDICES

### A – (Entrevista aplicada aos professores)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
PÓLO UNIVERSITÁRIO CORA CORALINA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E  
INCLUSÃO ESCOLAR

Cursista: Marcelo Pereira dos Santos  
Orientadora: Riane Natalia Soares Vasconcelos.

Carro professor, estamos desenvolvendo uma investigação para elaboração de uma monografia, cujo tema é a acessibilidade arquitetônica no ensino fundamental de primeira fase, assim, contamos com a sua colaboração em responder a entrevista abaixo, o mais próximo de sua realidade. Ressaltamos que o sigilo será mantido, sendo que os dados coletados podem ser também empregados em situações pedagógicas - científicas. Obrigado

**Monografia:** A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS CADEIRANTES: UMA  
QUESTÃO DE ACESSIBILIDADE

### ENTREVISTA

- 1) Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
- 2) faixa etária: ( ) Até 20 anos ( ) De 21 a 40 anos ( ) Mais de 40 Anos
- 3) Escolaridade: ( ) Ensino Médio “Magistério” ( ) Graduação ( ) Pós-graduado
- 4) Há quanto tempo atua como professor (a)?  
 Menos de 01 ano  
 De 01 a 05 anos  
 De 06 a 10 anos  
 Mais de 10 anos
- 5) Há quanto tempo atende alunos com deficiência física na sala de aula regular do ensino fundamental de primeira fase?  
 Menos de 01 ano  
 De 01 a 05 anos  
 De 06 a 10 anos  
 Nunca atendeu
- 6) Já participou de algum simpósio, seminário ou curso na área de educação inclusiva? \_\_\_\_\_

Em caso negativo, justifique o porquê.

---



---

7) Você considera que a escola pública regular está adequadamente preparada para atender com qualidade o aluno com deficiência física? Justifique sua resposta.

---

---

8) A entrada e saída de sua escola são acessíveis à pessoas que fazem uso de cadeira de rodas?

---

---

9) As dependências da escola são adaptadas de modo a garantir o acesso dos cadeirantes? O que não esta acessível?

---

---

10) Os bebedouros e telefones públicos estão acessíveis aos cadeirantes?

---

---

11) Você tem conhecimento de alguma ação voltada à acessibilidade arquitetônica que esteja sendo desenvolvida por sua escola? Em caso positivo, descreva a ação e os sujeitos envolvidos:

---

---

12) O Projeto Político Pedagógico da escola prevê a existência de pessoas com deficiência física, contemplando a diversidade existente? Justifique.

---

---

13) Na sua opinião, qual a importância da inclusão escolar na vida do aluno cadeirante?

---

---

14) No seu entendimento, a falta de acessibilidade arquitetônica pode inviabilizar a inclusão do aluno cadeirante? Justifique.

---

---

Muito obrigado pela sua colaboração.  
Marcelo Pereira dos Santos



**APENDICE B**  
 Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Car@ Professor (a) /Coordenador Pedagógico e Diretor

Estou desenvolvendo uma pesquisa, intitulada A Inclusão Escolar De Alunos Cadeirantes: Uma Questão De Acessibilidade, tendo como o objetivo geral: Investigar a importância da acessibilidade para a inclusão escolar de alunos cadeirantes.

Por você fazer parte do corpo docente da escola gostaria de convidá-l@ a colaborar com esta pesquisa, respondendo a entrevista a seguir, a qual contempla questões acerca da sua formação profissional, prática pedagógica e sobre a estrutura (recursos de acessibilidade e pedagógicos) da escola.

Cabe ressaltar que as informações obtidas através da entrevista serão analisadas coletivamente, sendo que a identidade da instituição e d@s entrevistad@s serão preservadas integralmente. O resultado final da pesquisa será apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia sob a orientação da Professora Mestre Riane Natalia Soares Vasconcelos.

A qualquer momento, você pode entrar em contato com o pesquisador, Professor Marcelo Pereira dos Santos, através de o endereço eletrônico [Marcelo.8899@hotmail.com](mailto:Marcelo.8899@hotmail.com) ou telefone (62) 9262-3676.

Alexânia-Go, \_\_ de março de 2011

---

Ass. d@ participante

---

Ass. da testemunha

---

Ass. do pesquisador